



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATIVO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
DE TELECOMUNICAÇÕES PARA OS
SERVIÇOS DE LINKS DE INTERNET COM
VELOCIDADE 500 MBPS, DEDICADO E
FULL, TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO
PARA UPLOAD, COM SERVIÇO AGREGADO
DE SEGURANÇA CONTRA ATAQUES DO
TIME NEGAÇÃO DE SERVIÇO (DDOS),
VISANDO A CONTINUIDADE DAS
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS,
OPERACIONAIS E COMERCIAIS DA
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE
RORAIMA.**

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.939.467/0001-15, com sede na Rua Melvin Jones, n.º 219, Bairro São Pedro, Boa Vista - Roraima, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADOR**, inscrito no CPF n.º 376.027.482-04 e portador do RG n.º 89.261 SSP/RR, em conjunto com o Diretor de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Águas, **JAFFE DA SILVA OLIVEIRA**, inscrito no CPF n.º 797.191.202-15 e portador do RG n.º 209300 SSP/RR, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP n.º _____, e-mail: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, inscrito no CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração apensada à(s) folha(s) _____, tendo em vista o que consta no



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

PROCESSO N.º 247/2024, têm, por mútuo consenso, por meio do presente instrumento, contratado o que a seguir declaram, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

1.1.1. NA LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL N.º 010/2025, amparada pelo artigo 32, IV da Lei Federal Federal n.º 13.303/2016, pelo artigo 89, § 1º do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, pelo Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, pela Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), pela Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA OS SERVIÇOS DE LINKS DE INTERNET COM VELOCIDADE 500 MBPS, DEDICADO E FULL, TANTO PARA DOWNLOAD QUANTO PARA UPLOAD, COM SERVIÇO AGREGADO DE SEGURANÇA CONTRA ATAQUES DO TIME NEGAÇÃO DE SERVIÇO (DDOS), VISANDO A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E COMERCIAIS DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

2.2.4. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor total da aquisição é de **R\$ _____ (_____)**, conforme tabela a seguir:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviço de internet dedicada principal para acesso à rede mundial de computadores na modalidade terrestre, com Proteção contra Ataques DoS e DdoS, com velocidade de 500mbs, com no mínimo 64 (sessenta e quatro) endereços IP's Públicos, válidos.	SERVIÇO	12		
02	Serviço de internet dedicada redundante para acesso à rede mundial de computadores na modalidade terrestre, com Proteção contra Ataques DoS e DdoS, com velocidade de 500mbs, com no mínimo 64 (sessenta e quatro) endereços IP's Públicos válidos.	SERVIÇO	12		
TOTAL					

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

4.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

4.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

5.1. A CONTRATADA deverá garantir que todos os links tenham Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido de, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) de disponibilidade, a ser calculada conforme disposto na metodologia.

5.2. A violação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) definido aqui e no contrato será desconsiderada pela CONTRATANTE quando for decorrente de interrupção programada, quando necessária ao aprimoramento e a implantação de adequações do serviço, desde que observados os prazos, requisitos, condições e o número máximo de interrupções anuais para a execução dos serviços.

5.3. Os serviços de manutenção devem estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, e seguirão conforme a metodologia.

5.4. A cada período de 12 (doze) meses, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA poderá fazer uso de no máximo 1 (uma) janela temporal para programação de manutenções as quais não contarão negativamente no indicador de qualidade do serviço; desde que sejam acordadas junto à Gerência de Tecnologia da Informação da CAER quanto a data e período apropriado para execução. A interrupção não pode perdurar por mais de 6 (seis) horas; caso isso ocorra, iniciará a contagem do período de indisponibilidade do serviço de internet.

5.5. Quando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de atendimento não atingir o índice especificado, será aplicado ajuste no valor da fatura, que deverá ser recolhida por meio de desconto no pagamento da fatura do mês seguinte, tomando-se como base a seguinte fórmula:

$$Mt = (Cm \times Ti) / 43200 \text{ Onde:}$$

$$Mt = \text{Ajuste no Valor da Fatura}$$

$$Cm = \text{Custo Mensal do Serviço}$$

$$Ti = \text{Somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, do enlace no mês de faturamento.}$$

5.6. Não se extingue a obrigação do recolhimento no ajuste no valor da fatura, caso a Contratante tenha realizado todos os pagamentos devidos à Contratada.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.7. Para todos os efeitos de cálculo do ajuste no valor da fatura, o tempo de indisponibilidade será considerado entre o início do problema até sua completa solução.

5.8. No caso de inoperância reincidente, decorrente de má execução da manutenção anterior em um período inferior a 03 (três) horas, contadas a partir do restabelecimento do serviço da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância, até quando o serviço estiver completamente operacional.

5.9. Além do ajuste, ficam também estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados, que ao serem desrespeitados, determinarão glosas específicas no custo total do serviço contratado, conforme a seguir:

5.9.1. Percentuais inferiores a 90% e superiores a 80%, ensejarão glosa de 25% do custo mensal contratado do serviço.

5.9.2. Percentuais iguais ou inferiores a 80% e superiores ou iguais a 70% ensejarão glosa de 50% do custo mensal contratado do circuito que apresentou inoperância.

5.10. No caso de apuração de percentuais inferiores a 70% de disponibilidade de serviços, será considerada como descumprida a obrigação contratual no período, sujeitando-se a **5.11.** Contratada ao não recebimento do valor mensal contratado, bem como à aplicação da pena de multa por inexecução parcial do objeto.

5.12. Quando os prazos gerais para atendimento e reparo não atingirem o índice especificado, será aplicado desconto na fatura mensal correspondente, tomando-se como base a seguinte fórmula:

$$TAR(h) = \text{Somatório de tempo excedido em cada evento do mês.}$$

Onde:

$$TAR = \text{Tempo de Atendimento e Reparo.}$$

5.13. Será aplicado desconto de 0,5% sobre o valor mensal do contrato a cada 1 hora excedida nos Prazos de Atendimento e Reparo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.1. O Contrato possui natureza continuada, em virtude de sua interrupção comprometer a continuidade das atividades da empresa.

6.2. A Contratação terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RENOVAÇÃO CONTRATUAL

7.1. O contrato poderá ser renovado, observando-se o artigo 200 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **04/10/2025**.

8.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias a CONTRATADA para fiel cumprimento das obrigações decorrentes da execução do objeto do presente Instrumento Contratual.

9.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material e/ou serviço fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 9.3.** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 9.4.** Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) da CONTRATADA, após a efetiva execução do objeto e atesto pelo setor responsável.
- 9.5.** Exercer a fiscalização da execução do objeto através do setor ou divisão responsável, na forma prevista pela RILC e Lei 13.303/2016.
- 9.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.
- 9.7.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 9.8.** Comunicar oficialmente à CONTRATADA a interrupção da disponibilidade do serviço a fim de que esta restabeleça o serviço contratado.
- 9.9.** Nomear um ou mais colaboradores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades do CONTRATADO em relação ao acordado.
- 9.10.** Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas.
- 9.11.** Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o Contrato. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 10.1.** Orientar o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 10.2.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

10.3. Todos os funcionários da CONTRATADA devem portar, em local visível, identificação funcional para que possam ter acesso às dependências do CONTRATANTE quando necessário.

10.4. Quando da execução dos serviços, os técnicos da CONTRATADA devem estar equipados com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários, devendo esses zelar pela integridade da estrutura física e organizacional dos equipamentos, cabos e demais que compõem a infraestrutura de redes da CAER.

10.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar para o CONTRATANTE no prazo previsto no Item 5.16.1.4.6, acesso ao Sistema Web de Monitoramento de disponibilidade, utilização e falha do link. O sistema deve permitir a geração de relatórios periódicos de desempenho, disponibilidade e falhas do link para auxílio no Gerenciamento e nos atestes de fatura. O sistema deve possuir informações gráficas.

10.6. A CONTRATADA deve disponibilizar, sem ônus, meios de aferir a velocidade dos links instalados, por meio de portal web próprio e disponível através de acesso pela Internet ou software específico de gerência em que o mesmo possua gráficos mostrando no mínimo a Taxa de utilização do link, a latência, a velocidade da conexão e desempenho do hardware dos roteadores disponibilizados, devendo essas informações serem atualizadas em períodos máximos de 1 minuto.

10.7. O referido sistema ou portal disponibilizado deverá ser homologado pela GTI/CAER, quanto às informações disponibilizadas e veracidade dessas.

10.8. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.9. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou e-mails, realizadas por meio dos serviços desta contratação.

10.10. Fornecer Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do contrato, por meio de chamada telefônica ou WEB, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE, a fim de que seja possível registrar reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.11. Emitir e proceder à entrega do relatório mensal de atividade e das faturas eletrônicas em nome da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, no início de cada mês subsequente ao consumo, no mínimo 30 dias antes do vencimento, no endereço eletrônico (a ser informado ao preposto) quando se fará o registro do horário e dia da entrega, para efeito de controle de prazo para pagamento.

10.12 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

10.13. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, exceto no caso de transferência de Contratos de Concessão ou de Permissão, ou de Termo de Autorização, devidamente aprovada pela Anatel.

10.14. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados a esta CAER.

10.15. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto descrito neste instrumento.

10.16. A CONTRATADA deverá usar equipamentos homologados pela ANATEL e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;

10.17. Todos documentos ou artefatos gerados pela CONTRATADA, incluindo desenhos técnicos, layouts, relatórios, descrições etc. deverão ser entregues em formato digital e estarem, preferencialmente, na língua portuguesa, salvo nos casos em que houver manifestação explícita da CAER.

10.18. Exercer as demais obrigações previstas no instrumento contratual.

10.19. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.20. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo de execução do serviço.

10.21. Substituir no prazo máximo de 05 (cinco) dias todo e qualquer material que chegar com defeito, com especificações incorretas ou vier a apresentar falhas durante o período da garantia, sendo obrigação da CONTRATADA substituir tal equipamento por um SIMILAR (sem perda de qualidade/velocidade) para manter a disponibilidade dos serviços, até que se cumpra o prazo de substituição.

10.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CAER ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quanto a entrega dos materiais e execução dos serviços no endereço informado.

10.23. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto.

10.24. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitantes pela CONTRATANTE.

10.25. Entregar o objeto obedecendo ao prazo de entrega/execução.

10.26. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.26.1. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

10.26.2. Executar qualquer serviço sem a prévia autorização da GTI/CAER.

10.26.3. A subcontratação para execução do objeto.

10.27. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

11.1. O prazo de garantia dos serviços não será inferior a 12 (doze) meses, contra defeitos de funcionamento das instalações, equipamentos e infraestrutura fornecidas para o perfeito funcionamento do serviço, a contar da data de recebimento definitivo do serviço pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

12.1. O serviço deve estar disponível 24 horas por dia, sete dias por semana ininterruptamente, cujo tráfego de dados deverá ser taxado em valor mensal fixo (flat rate), sem limite de quantidade de dados trafegados, sem franquias, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

12.2. Restabelecimento dos serviços em caso de interrupção excepcional, em prazos reduzidos.

12.3. Velocidades com níveis superiores de garantia.

Gerenciáveis quanto ao tipo de tráfego de dados.

12.4. A CONTRATADA deverá prover a CAER de informações imediatas sobre os seguintes assuntos: prestar informações quando houver rompimentos de fibras, houver problemas em suas rotas e houver problemas em backbones ou outras instabilidades.

12.5. A CONTRATADA responderá, durante todo o prazo de garantia, pela solidez, qualidade, performance e segurança do trabalho prestado, inclusive serviços e materiais fornecidos.

12.6. Em particular, responderá por qualquer degradação de performance do serviço de link de internet e equipamentos utilizados, causados por defeito de fabricação ou instalação de material fornecido, ou por procedimento inadequado de armazenagem e utilização.

12.7. Durante todo o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a reparação e correção tempestiva de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, sem ônus para o CONTRATANTE.

12.8. É facultado ao CONTRATANTE solicitar a alteração de endereço dos links instalados na CAER. Tais solicitações serão limitadas a 01 (uma) ocorrência anual e deverão ocorrer no mesmo município, sem ônus para o CONTRATANTE.

12.9. A CONTRATADA poderá utilizar os mesmos equipamentos do Link em uso (modem, roteador, dentre outros), no entanto, isso não poderá implicar no atraso da instalação no novo endereço.

12.10. A CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA, sem prejuízo a quaisquer outras medidas punitivas e multas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS REQUISITOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. SÃO OS REQUISITOS:

13.1.1. Deverá ter garantia de 100% da banda contratada.

13.1.2. A contratada para execução do serviço deverá possuir Termo de Autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

13.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO:

13.2.1. A contratação pretendida são de 2 (dois) links de Internet dedicada de no mínimo 500 Mbps cada, dedicados e full, juntamente com Proteção contra Ataque DDoS, tanto para download quanto para upload, visando a continuidade das atividades administrativas, comerciais e operacionais da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima por meio de links confiáveis, de baixa latência e alta disponibilidade 24/7 (durante todos os dias do ano). Por conta disso, a solução das falhas de comunicação, que venham a surgir, devem ser resolvidas em um curto espaço de tempo, não devendo ultrapassar 4h.

13.2.2. Este serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo índice de disponibilidade mensal de no mínimo 99,35%.

13.2.3. Os serviços de acesso à Internet deverão possuir garantia de disponibilidade de 100% (cem por cento) de banda contratada, entre o ponto de saída da rede desta Companhia e a Internet, não sendo permitidos qualquer tipo de modelagem de banda ou *traffic shapping*.

13.2.4. Os links de Internet fornecidos, não devem fazer uso de mais de um enlace para atingir a velocidade contratada.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.2.5. Acesso à rede mundial de computadores – Internet - será feito por uma estrutura totalmente única, não podendo em hipótese alguma compartilhar os links ou equipamentos com a rede MPLS;

13.2.6. Deve ser fornecida conectividade IP com a Internet Mundial dedicada e de link de comunicação, suportando aplicações TCP/IP com velocidade conforme descrita na tabela de especificação do objeto.

13.2.7. A CONTRATADA do LINK IP DEDICADO PRIMÁRIO e BACKUP deverá, cada uma, disponibilizar um bloco IPv4/26 (64 endereços válidos) endereços IP's públicos, para acesso à Internet juntamente com o roteador devidamente instalado e configurado, bem como, a critério da CAER e a qualquer tempo, DNS Primário, Secundário e Reverso, para tradução de domínios da Internet, sem custos para a CAER.

13.2.8. Deverá ser fornecido no mínimo 1 (um) endereço de DNS Server, para que se possa resolver nome quando do acesso à Internet.

13.2.9. Tempo de Recuperação do link de Internet deverá ser de até 04 (quatro) horas corridos a contar da abertura do chamado junto a CONTRATADA.

13.2.11. Todos os links de acesso deverão obrigatoriamente ser instalados em fibra óptica.

13.2.12. O acesso à Internet não poderá ser subcontratado de terceiros, devendo a CONTRATADA fornecer ambos os serviços (Circuito de Dados e solução ANTI-DDOS).

13.2.13. A CONTRATADA deverá possuir BACKBONE PRÓPRIO, por onde a mesma disponibilizará todos os serviços do objeto de contratação.

13.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO NO BACKBONE CONTRA ATAQUES DDOS:

13.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar em seu backbone proteção contra ataques de 6.3.2. negação de serviço, evitando assim a saturação da banda da Internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques de DDOS (Distributed Denial of Service).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.3.3. O acesso à Internet (circuito de dados) não poderá ser subcontratado de terceiros, devendo a CONTRATADA fornecer ambos os serviços, solução ANTI-DDOS e circuito de dados.

13.3.4. A técnica ANTI-DDOS utilizada deverá ser por métrica de volumetria.

13.3.5. A solução ANTI-DDOS deverá prover o serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS – Denial of Service) para o circuito de conectividade IP dedicada à Internet, sejam eles distribuídos (DDoS – Distributed Denial of Service) ou não.

13.3.6. A CONTRATADA deve possuir e disponibilizar no mínimo 1 (um) centro de limpeza nacional com capacidade de mitigação de no mínimo 5Gbps.

13.3.7. A CONTRATADA deve possuir e disponibilizar no mínimo 1 (um) centro de limpeza internacional com capacidade de mitigação de no mínimo 10Gbps.

13.3.8. Não haverá taxa adicional para por volume de mitigação de ataques (DDoS – Distributed Denial of Service) nos IP's monitorados.

13.3.9. A alteração de capacidade de mitigação deverá ser implementada em um prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da data de solicitação formal através de correio eletrônico encaminhado por autorizados do CAER.

13.3.10. O ataque deve ser mitigado separando o tráfego legítimo do malicioso, de modo que os serviços de Internet providos pelo cliente continuem disponíveis.

13.3.11. A limpeza do tráfego deverá ser seletiva e atuar somente sobre os pacotes destinados ao IP atacado, todo tráfego restante não deverá sofrer nenhuma forma de limpeza ou desvio.

13.3.12. A solução deve possuir mecanismos para filtragem de pacotes anômalos, garantindo a validade das conexões, sem efetuar qualquer limitação com base no número de sessões ou de pacotes por endereço, de modo a evitar o bloqueio de usuários legítimos.

13.3.13. A CONTRATADA deve tomar todas as providências necessárias para recompor a disponibilidade do link em caso de incidentes de ataques de DDoS, recuperando o pleno funcionamento do mesmo.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.3.14. Para a mitigação dos ataques o tráfego só deverá ser encaminhado para limpeza fora do território brasileiro nos casos em que os centros nacionais não suportarem a capacidade de mitigação e a demanda de ataques, no restante os ataques de origem nacional deverão ser tratados nos centros nacionais e os de origem internacional nos centros internacionais.

13.3.15. O envio de tráfego para mitigação em centros internacionais deverá ser justificado em relatório.

13.3.16. Nos períodos de ataque a latência do circuito deverá ser de no máximo 150 ms (milissegundos) quando a mitigação se originar dos centros de limpeza nacionais e de no máximo 250 ms (milissegundos) quando se originar do(s) centro(s) internacionais.

13.3.17. A solução deverá possuir funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques, mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

13.3.18. A análise realizada para fins da solução deverá ser passiva sem utilização de elementos da rede da contratante para coleta dos dados a serem analisados.

13.3.19. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.

13.3.20. A solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro por um determinado cliente.

13.3.21. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White Lists, Black Lists, limitação de taxa, técnicas desafio-resposta, descarte de pacotes malformados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP/HTTPS, DNS, VPN, FTP, NTP, UDP, ICMP, correio eletrônico, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.3.22. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, para protocolo IPv4, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:

13.3.22.1. Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP.

13.3.22.2. Ataques à pilha TCP, incluindo mal-uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets.

13.3.22.3. Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP.

13.3.22.4. Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing).

13.3.23. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DOS e DDOS por ACLs em roteadores de bordas da contratada.

13.3.24. Realizar a comunicação da ocorrência do ataque à CONTRATANTE imediatamente após a detecção.

13.3.25. A solução deve permitir a proteção, no mínimo, do tráfego dos serviços web (HTTP/HTTPS), DNS, VPN, FTP e correio eletrônico. Outras configurações deverão ser possíveis, como exemplo monitoração de um cliente por sub-interface no PE.

13.3.26. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais de mitigação de ataques, contendo no mínimo horário de início do ataque, horário de início de ação de mitigação, horário de sucesso da mitigação e horário de fim do ataque. Em conjunto com o relatório mensal relatórios dinâmicos deverão ser disponibilizados em até 48 horas após um ataque por solicitação da CONTRATANTE.

13.3.27. A CONTRATADA terá no máximo 15 minutos para iniciar a mitigação de ataques de DOS e DDOS.

13.3.28. Os serviços ofertados deverão operar no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.3.29. O backbone IP do provedor deve ter saída com destino direto a outros provedores de backbone IP Nacionais de nível Tier 1, 2 ou 3, com banda de 10 Gbps no mínimo.

13.4. CONFIGURAÇÃO:

13.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar a infraestrutura necessária (hardware, software, roteadores, acesso, porta) suportada por rede terrestre e circuitos dedicados.

13.4.2. Todas as atualizações e correções (patches) de softwares necessários para o cumprimento dos requisitos exigidos deverão ser realizadas sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

13.4.3. Os roteadores deverão ser fornecidos com todos os componentes, cabos, módulos e acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

13.4.4. A CONTRATADA deverá habilitar em todos os roteadores o protocolo SNMP, com uma comunidade de leitura para acesso da CONTRATANTE ou seu preposto, com senha específica, e permitir o envio de traps SNMP - (Simple Network Management Protocol) à CONTRATANTE ou seu preposto.

13.4.5. A CONTRATADA deverá permitir acesso à leitura da configuração dos roteadores, pela CONTRATANTE ou seu preposto, através de usuário e senha específicos.

13.4.6. A configuração lógica dos roteadores será definida pela CONTRATADA com a aprovação da CONTRATANTE.

13.4.7. Os roteadores a serem disponibilizado pela CONTRATADA deverão atender aos seguintes requisitos:

13.4.7.1. Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces LAN: IEEE 802.3, 802.3u e 802.3ab – Especificação 10/100/1000BASE-T (Full Duplex) RJ-45 para a interconexão com a rede local da CONTRATANTE.

13.4.7.2. Suportar o padrão IEEE 802.1q, de forma a permitir a conectividade de diversas local-área network - LANs a partir de um único roteador CPE - (Customer Premises Equipment).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.4.7.3. Implementar VAD (Voice Activity Detection) para quaisquer taxas de transmissão e cRTP (compressão de cabeçalho RTP) para taxas de transmissão inferiores a 512 kbps.

13.4.8. Implementar os protocolos de roteamento com autenticação: RIPv2 (RFC 2453), OSPF (RFC 1583).

13.4.9. Implementar o protocolo BGPv4 conforme RFCs 1771.

13.4.10. Suportar capacidade de filtros de pacotes (por protocolo, endereço IP de origem, endereço IP de destino, porta de UDP/TCP de origem, porta de UDP/TCP de destino).

13.4.11. Suportar capacidade de gerenciamento através de SNMP compatível com versões V.2 e V.3.

13.4.12. Suportar MIB-II - (Management Information Base) e RMON - (Remote MONitoring).

13.4.13. Suportar servidor DHCP de acordo com a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP a estações a partir do roteador e permitindo definir o endereço IP de acordo com o MAC address de cada equipamento.

13.4.14. Suportar "BOOTP relay agents" de acordo com a RFC 2131 (Dynamic Host Configuration Protocol) permitindo a atribuição de endereços IP a estações localizadas na rede local a partir de um servidor DHCP localizado em uma rede remota.

13.5. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO:

13.5.1. Os custos da contratação devem abranger a utilização de todos os equipamentos necessários à comunicação (modems, roteadores etc.) e linhas de transmissão de dados que venham a ser necessários;

13.5.2. Os custos envolvidos na sua implantação (alocação de profissionais, instalação dos equipamentos etc.) deverão estar inclusos na taxa de instalação e os custos pelo uso destes equipamentos ou linhas e sua manutenção devem estar compreendidos no valor da mensalidade do serviço oferecido;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.5.3. As substituições dos equipamentos em caso de problemas são de inteira responsabilidade da contratada bem como os custos para manutenção da infraestrutura de comunicação do link.

13.6. DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: OS SERVIÇOS CONTRATADOS DEVEM SER ADERENTES, NO QUE COUBER:

13.6.1. ABNT NBR ISO/IEC 27000: 2016 que estabelece a visão geral dos Sistemas de Gerenciamento de Segurança da Informação.

13.6.2. Política de Segurança da Informação da CAER.

13.6.3. Qualquer divulgação de informação sigilosa ou considerada sigilosa pela CAER representará quebra de contrato e estará sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

13.6.4. Toda e qualquer informação referente ao link de dados é classificada como sigilosa pela CAER, salvo disposição em contrário por esta CAER, sua divulgação ensejará quebra de sigilo.

13.6.5. As empresas a serem contratadas serão responsáveis pela segurança da informação dos links de dados em relação:

13.6.5.1. Segurança física (perímetro a partir da saída do prédio correspondente), dos equipamentos, seu pessoal técnico e senhas dos equipamentos. Sendo de responsabilidade das contratadas implementar senhas de acesso aos equipamentos com o máximo de segurança possível, divergindo dos padrões dos fabricantes, e zelar por essas.

13.7. SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:

13.7.1. A CONTRATADA deverá usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

13.7.2. Todos os documentos ou artefatos gerados pela contratada, incluindo desenhos técnicos, layouts, relatórios, descrições etc. deverão ser entregues em formato digital e estarem, preferencialmente, na língua portuguesa, salvo nos casos em que houver manifestação explícita da CAER;

13.7.3. A empresa contratada deverá prover uma solução para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento telefônico e o atendimento via e-mail ou sítio Web.

13.8. DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS:

13.8.1. De arquitetura tecnológica:

13.8.1.1. Deverão estar inclusos na solução todos os recursos de conectividade, tais como, roteadores, modems, conversores, alimentadores DC, cabos ou outros correlatos bem como toda a infraestrutura para instalações de equipamentos de transmissão necessárias à prestação dos serviços e à integração com o ambiente operacional do local de instalação.

13.8.1.2. A infraestrutura elétrica AC, aterramento e condicionamento de ar serão de responsabilidade da CAER.

13.8.2. Do projeto de implantação da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação:

13.8.2.1. O serviço de instalação deverá incluir o fornecimento, instalação e configuração de qualquer equipamento necessário para a interligação, inclusive roteadores e modems se a solução a ser adotada impuser o uso destes equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A prestação do serviço deverá incluir a locação dos equipamentos de conectividade (roteadores, conversores etc.) necessários, que suportem os serviços previstos no presente certame, contemplando os serviços de implantação, configuração e manutenção dos mesmos.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- 14.2.** As conexões em questão devem passar por estruturas físicas distintas, não podendo se cruzar em interseções ou cruzamentos de trânsito. Será admitido que elas percorram o mesmo caminho, desde que estejam instaladas em postes telefônicos/elétricos opostos paralelamente.
- 14.3.** Caberá às CONTRATADAS o serviço de instalação, configuração e manutenção de qualquer equipamento por ela fornecido, ou equipamento que venha a ser substituído durante a vigência do contrato.
- 14.4.** Caberá a CONTRATANTE a responsabilidade por toda infraestrutura elétrica (rede, aterramento, DG, etc.) interna às unidades da CAER necessária para o funcionamento adequado do serviço.
- 14.5.** Caberá a CONTRATANTE a responsabilidade por toda infraestrutura lógica entre o equipamento de conectividade fornecido pelas CONTRATADAS e a rede interna das unidades, necessária para o funcionamento adequado do serviço.
- 14.6.** Todos os equipamentos fornecidos pelas CONTRATADAS deverão estar configurados com os devidos materiais e acessórios para montagem.
- 14.7.** Os equipamentos fornecidos devem suportar o protocolo SNMP, nas versões v2 e v3, com suporte, no mínimo, à MIB-II e RMON.
- 14.8.** Os roteadores instalados deverão ter capacidade para suportar o tráfego com banda completamente ocupada, sem exceder a 70% de utilização de CPU e memória.
- 14.9.** A versão do sistema operacional dos roteadores deverá ser a mais atual disponível no país, quando da assinatura do contrato.
- 14.10.** As CONTRATADAS deverão fornecer senha de acesso a todos os roteadores instalados nas Unidades desta CAER, com privilégios somente leitura, exclusivamente, onde deve estar habilitado comando para obter as informações das configurações dos equipamentos, inclusive rotas e a versão do sistema operacional.
- 14.11.** O acesso às configurações dos roteadores deverá ser realizado apenas por protocolos que implementam criptografia (ex.: https e ssh v2); devendo os demais protocolos (FTP, TELNET ...) estarem desativados por padrão.
- 14.12.** DE SEGURANÇA SOB O PONTO DE VISTA TÉCNICO:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

14.12.1. A CONTRATADA deverá possuir mecanismos que permitam bloquear ataques DDoS (Distributed Denial of Service) aos endereços IP disponibilizados para a CAER, mediante monitoramento, detecção e mitigação.

14.12.2. Tratando-se de requisito técnico de segurança, no momento da assinatura do contrato, as CONTRATADAS deverão entregar declaração de que não farão uso da infraestrutura da outra CONTRATADA para fornecimento do serviço a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), o que será aferido pelos meios técnicos disponíveis na Internet, como o sítio WWW.CIDR-REPORT.ORG, após a conexão de trânsito à Internet estar instalada e operacional.

14.12.3. As CONTRATADAS deverão, caso seja do interesse da CONTRATANTE, estabelecer sessão BGP com a mesma, e divulgar seus ASN e prefixos IPv4 e/ou IPV6 na tabela BGP global, através de todos os fornecedores das CONTRATADAS.

14.12.4. O Serviço DNS deverá suportar o protocolo DNSSEC.

14.12.5. Os endereços IP disponibilizados pelas CONTRATADAS não deverão ser da mesma faixa utilizada pelos usuários de IP's dinâmicos ou terem sido anteriormente de faixa de endereços IP utilizados para esse fim.

14.12.6. Caso os endereços IP fornecidos pelas CONTRATADAS estiverem relacionados em blacklists como suspeitos de origem de spam ou algo similar (sites maliciosos), as mesmas deverão fornecer outro bloco em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a CAER.

14.12.7. As CONTRATADAS devem encaminhar a CAER, em prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, documento informando todos os procedimentos, sites e login/senha dos portais de monitoramento dos links, bem como, devem apresentar endereço de escritório na cidade de Boa Vista – Roraima.

14.12.8. As CONTRATADAS deverão prover à CONTRATANTE a tabela BGP Global (full routing) ou tabela parcial (rotas das CONTRATADAS apenas) de acordo com o interesse do CONTRATANTE.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

14.12.9. As CONTRATADAS deverão prover, após o aceite definitivo dos links, a relação das suas communities BGP através de comunicação por documento oficial, e serem disponibilizada “community SNMP read” (comunidade SNMP de leitura) para que a CAER possa monitorar o enlace.

14.12.10. As CONTRATADAS deverão prover trânsito e rotas tanto para o protocolo IPv4 quanto para o IPv6, sem túnel ou qualquer tipo de encapsulamento, ambos através dos mesmos enlaces de dados.

14.12.11. A conectividade com a rede local do CONTRATANTE deverá ser provida através do protocolo Ethernet, onde deve ser entregue à CONTRATANTE uma interface com conector RJ-45 padrão Gigabit Ethernet (IEEE 802.3-2005) ou superior, desde que utilize cabo UTP, cabendo ao CONTRATANTE definir em qual equipamento da sua infraestrutura irá conectá-lo.

14.12.12. Caso haja mudança na infraestrutura da CAER, o mesmo, poderá solicitar que a interface acima seja fornecida através de cordão óptico.

14.12.13. A velocidade ofertada deverá ser efetiva, ou seja, deverá haver garantia de banda.

14.12.14. TODOS os equipamentos e enlaces fornecidos pelas CONTRATADAS, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU-T (International Telecommunication Union), ISO (International Organization for Standardization), IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association).

14.13. DISPONIBILIDADE MENSAL DO SERVIÇO:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.13.1. A disponibilidade operacional mensal mínima é definida como a relação entre o tempo em que o sistema apresenta as características técnicas e operacionais especificadas e o tempo total considerado.

14.13.2. Deve ser assegurada disponibilidade operacional mensal mínima de 99% (noventa e nove por cento), a ser calculada conforme íTEM Dos Índices de Disponibilidade.

14.13.3. O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.

14.13.4. No cálculo da disponibilidade serão consideradas todas as interrupções do serviço.

14.13.5. A disponibilidade do serviço indicará o percentual de tempo, durante o período de 01 (um) mês de operação, em que o serviço permanece em condições normais de funcionamento.

14.13.6. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada no centro de atendimento/supervisão da CONTRATADA, ou do CONTRATANTE ou a partir da comunicação de interrupção, feita pelo CONTRATANTE, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação e a respectiva informação ao CONTRATANTE.

14.13.7. Serão excluídas desta contagem as interrupções programadas para manutenção preventiva, desde que seja feita comunicação ao CONTRATANTE com pelo menos 07 (sete) dias úteis de antecedência e autorizadas pelo CONTRATANTE.

14.13.8. Os dispositivos de rede utilizados deverão possuir e ser configurados para a utilização de Gerenciamento via SNMP. A configuração de Gerenciamento via SNMP deverá ser definida pela equipe técnica da CAER e homologada entre as equipes das CONTRATADA e a equipe técnica do órgão.

14.13.9. Todo o plano de endereçamento IP a ser utilizado na configuração dos equipamentos de telecomunicações deverá ser definido pelas equipes técnicas das



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

empresas CONTRATADA em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE.

14.13.10. Caso haja interrupções não programadas nos serviços, a CONTRATADA fica sujeita a descontos na fatura mensal.

14.14. PRAZOS GERAIS PARA O ATENDIMENTO E REPARO:

14.14.1. Na ocorrência de inoperância dos circuitos, o prazo máximo para reparo/restabelecimento deverá obedecer a classificação de severidade e o prazo máximo de reparo, conforme tabelas abaixo:

CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS					
	NÍVEIS	DESCRIÇÃO			
	CRÍTICO	Serviços totalmente indisponíveis. Sem conectividade total. Falha em equipamentos da CONTRATADA que torne indisponível a conexão. Impacto a múltiplos usuários. Falha em link que afete operações críticas da CONTRATANTE.			
	URGENTE	Serviços parcialmente indisponíveis ou com degradação de tempo de resposta da conexão. Falha intermitente que torne o acesso insatisfatório. Lentidão ou velocidade abaixo do contratado. Impacto moderado. Operação normal afetada, mas sem interrupção.			
	NORMAL	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes e avisos, consulta sobre problemas, dúvidas gerais. Manutenção e monitoramento de eventos de falhas ou de avisos relatados pelo cliente. Pequeno impacto a um ou mais usuários. A correção pode ser feita de forma agendada.			
PRAZOS DE ATENDIMENTO E REPARO					
	MODALIDADE	PRAZOS	CRÍTICO	URGENTE	NORMAL
	Atendimento local, e-mail, web ou telefone	Término de Atendimento	6 horas	8 horas	24 horas

14.14.2. Deverá ser considerado a contagem do tempo de atendimento de forma ininterrupta e contínua.

14.14.3. Deverá ser considerado horas corridas no prazo de atendimento.

Entende-se por reparo/restabelecimento do funcionamento, a série de procedimentos destinados a recolocar os serviços em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive, substituições de equipamentos, ajustes e reparos;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.14.4. Os níveis de severidade elencados servem como referência ao prazo máximo tolerado pela CAER para os respectivos níveis, podendo haver sanções contratuais pelo desrespeito aos limites de tempo estabelecidos. Não há impedimento quanto a aplicação cumulativa de descontos ocasionados pelo não cumprimento dos indicadores de aferição de IMR.

14.15. DOS ÍNDICES DE DISPONIBILIDADE:

14.15.1. A CONTRATADA deve garantir que o índice de disponibilidade mensal não seja menor que 99% (noventa e nove por cento).

14.15.2. O índice de disponibilidade deverá ser calculado pela CONTRATADA ou CONTRATANTE através da seguinte fórmula:

14.15.2.1. $D = (1 - Ti/43200) \times 100$ Onde:

14.15.2.2. D = Índice de Disponibilidade Mensal do enlace CAER-Internet.

14.15.2.3. Ti = Somatório dos Períodos de Indisponibilidade (incluindo perdas de pacotes e latência acima do permitido), em minutos, do enlace CAER-Internet no mês de faturamento.

14.15.3. Entende-se como "período de Indisponibilidade" o tempo em minutos entre o início e a completa solução do problema.

14.15.4. Ti (Período de Indisponibilidade) será obtido através de monitoramento de conectividade feito com o protocolo ICMP (Internet Control Message Protocol), definido pela RFC nº 792, ou a que a venha a substituir, realizado com ferramenta própria da CAER. O monitoramento será realizado enviando pacotes ICMP, em intervalos regulares de 60 (sessenta) segundos, a partir de um equipamento conectado à porta LAN do roteador. Na impossibilidade de execução do monitoramento no roteador de interconexão o mesmo será efetuado da mesma forma, a critério da CAER, para qualquer um dos endereços: www.cgi.br, www.nic.br, ptt.br ou ceptro.br.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

14.15.5. O enlace de comunicação será considerado indisponível quando ocorrer qualquer tipo de problema que impeça a transmissão ou a recepção de pacotes através dele, ou ainda, nos casos de descartes de pacotes ou latência fora dos valores estabelecidos neste instrumento, ficando a CONTRATADA isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas por problemas oriundos dos equipamentos do CONTRATANTE.

14.15.6. As interrupções programadas do serviço não excederão 6 (seis) horas. Caso isso ocorra, será considerada uma nova interrupção.

14.15.7. O Relatório de Indisponibilidade contendo o Índice de Disponibilidade Mensal do link oferecido, calculado na forma descrita aqui, deverá ser emitido e enviado por e-mail mensalmente.

14.15.8. Caso a Contratada discorde do índice calculado no relatório da Gerência de Tecnologia da Informação - GTI, deverá apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data do envio do Relatório de Indisponibilidade, documentos e relatórios em contrário, detalhando:

14.15.8.1. A data da ocorrência.

14.15.8.2. Período de indisponibilidade de cada ocorrência.

14.15.8.3. Somatório total, em minutos, da ocorrência.

14.15.8.4. Justificativa embasada para cada período de indisponibilidade em desacordo com o relatório da GTI.

14.15.9. A Gerência da Tecnologia da Informação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento dos documentos e relatório emitido pela Contratada, para analisar, apreciar e definir o Índice de Disponibilidade Mensal definitivo do período correspondente.

14.15.10. O percentual máximo de descarte de pacotes ICMP não poderá exceder a 1% no monitoramento executado. Sempre que o descarte de pacotes estiver acima do limite permitido, será computado o período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula para o cálculo de disponibilidade do link, para cada minuto com descarte acima do limite.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.15.11. No caso de inoperância reincidente, decorrente de má execução da manutenção anterior, em um período inferior a 03 (três) horas, contadas a partir do restabelecimento do serviço da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância, até quando o serviço estiver completamente operacional.

14.16. EVENTOS DE FALHAS EXCLUÍDOS DO CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE:

14.16.1. Falha de qualquer componente que não possa ser corrigida por impossibilidade de acesso pelas CONTRATADA a equipamentos que estejam no ambiente e instalações sob coordenação do órgão CONTRATANTE.

14.16.2. Falha decorrente de problemas de infraestrutura provida no local e de responsabilidade do órgão para os serviços prestados pelas CONTRATADA.

14.16.3. Interrupções programadas e avisadas com a devida antecedência, conforme estabelecido em contrato.

14.16.4. Tempo máximo de solução para resolução de problemas de indisponibilidade, conforme discriminado nos IMR's contemplados.

14.17. TESTE DE VELOCIDADE:

14.17.1. A Contratada deve disponibilizar, sem ônus, meios de aferir a velocidade dos links instalados, por meio de portal web próprio e disponível através de acesso pela Internet ou software específico de gerência em que o mesmo possua gráficos mostrando no mínimo a taxa de utilização do link, a latência, a velocidade da conexão e desempenho do hardware dos roteadores disponibilizados, devendo essas informações serem atualizadas em períodos máximos de 1 minuto. O referido sistema ou portal disponibilizado deverá ser homologado pela GTI da CAER quanto as informações disponibilizadas e veracidade dessas.

14.18. LATÊNCIA:

14.18.1. O acesso à Internet fornecido pela CONTRATADA deverá possuir latência de no máximo 160 ms devendo ser aferida uma vez por minuto. Os testes serão executados em ferramenta própria ou na ferramenta fornecida pela



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

contratada conforme Item 2, deste anexo, ficando a critério do CONTRATANTE a escolha de qual ferramenta utilizará.

14.18.2. A latência será obtida para intervalos de 5 (cinco) minutos. Nos casos de latência acima do permitido, será computado o período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula para o cálculo de disponibilidade do link, Item 1.2, deste anexo, para cada minuto com latência acima do limite.

14.18.3. O percentual máximo de descarte de pacotes ICMP não poderá exceder a 1% no monitoramento executado no item 4, deste anexo. Sempre que o descarte de pacotes estiver acima do limite permitido, será computado o período de indisponibilidade de 5 (cinco) minutos na fórmula para o cálculo de disponibilidade do link, Item 1.2, deste anexo para cada minuto com descarte acima do limite.

14.19. SERVIÇOS DE SUPORTE E GERENCIAMENTO:

14.19.1. Não será admitido a execução de qualquer serviço sem a prévia autorização da GTI/CAER. Considerar-se-á autorização, documento expedido pela CAER descrevendo o serviço a ser executado e contendo expressamente que a execução do serviço está autorizada. Todos os funcionários da CONTRATADA devem portar, em local visível, identificação funcional para que possam ter acesso às dependências da CONTRATANTE. Quando da execução dos serviços, os técnicos da CONTRATADA devem estar equipados com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários, devendo esses zelarem pela integridade da estrutura física e organizacional dos equipamentos, cabos e demais que compõem a infraestrutura de redes da CAER.

14.19.2. Para cada problema constatado de indisponibilidade não programada do link de comunicação com a Internet, as CONTRATADAS deverão apresentar relatório técnico apresentando as causas do problema, solução adotada e medidas para evitar a reincidência. Este relatório deverá ser enviado ao e-mail institucional desta Companhia.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.19.3. O prazo de entrega do serviço será conforme o IMR's contemplados, em dias corridos, a partir da solicitação formal do órgão CONTRATANTE. A entrega será considerada concluída, para efeito de cobrança quando:

14.19.3.1. Encerrado o procedimento de verificação da qualidade dos serviços prestados, na forma disposta, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do recebimento provisório.

14.19.4. Os testes de conectividades serão realizados pelas equipes técnicas da CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo admitida a participação remota das equipes envolvidas.

14.19.4.1. Após os requisitos acima atendidos, deverá ser formalizada em documento a data efetiva de ativação do link para efeito de cobrança de fatura.

14.19.4.2. Caso a entrega do acesso e a disponibilização do serviço não forem realizados nos prazos especificados, o CONTRATANTE aplicará multa conforme disposto no contrato.

14.19.4.3. Interrupções programadas, para manutenção preventiva ou atualização dos recursos técnicos utilizados na prestação do serviço, deverão seguir os parâmetros dos IMR's contemplados.

14.19.4.4. No caso de inoperância reincidente num período de até 03 (três) horas, contados a partir do restabelecimento do serviço, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do circuito, o tempo transcorrido desde o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o acesso à Internet estiver totalmente operacional. Neste caso, acarretará aplicação de multa, conforme disposto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

14.19.4.5. O CONTRATANTE poderá mediante comunicado formal, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, solicitar o cancelamento de qualquer um dos circuitos contratados.

14.19.4.6. As CONTRATADAS deverão disponibilizar para o CONTRATANTE, acesso ao Sistema Web de Monitoramento de disponibilidade, utilização e falha do link. O sistema deve permitir a geração de relatórios periódicos de desempenho, disponibilidade e falhas do link para auxílio no Gerenciamento e nos atestes de fatura. O sistema deve possuir informações gráficas.

14.19.4.7. Para atendimento das solicitações de alteração de endereço o prazo máximo será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da solicitação. Este prazo poderá ser acrescido de 30 (trinta) dias, quando houver necessidade de alterações na composição dos acessos (acrécimo de hardware, obras civis, troca de equipamentos de terminação/installação de novos hardwares). Nesse caso, as CONTRATADAS deverão arcar com os respectivos custos de alteração da rede, desde que não seja necessário o desenvolvimento de projetos especiais para atendimento, estimulado por estar fora da área de ATB, definido pela ANATEL.

14.20. SERVIÇO PARA DDOS PARA O LINK IP DEDICADO PRIMÁRIO E O LINK DEDICADO BACKUP: ESTE SERVIÇO SERÁ OFERTADO PARA O LINK IP PRIMÁRIO E O LINK BACKUP, CONFORME CRITÉRIOS ABAIXO:

14.20.1. O serviço deverá ter pró-atividade para solução e prevenção de incidentes e ataques.

14.20.2. A CONTRATADA deverá monitorar disponibilidade e performance em regime 24x7 utilizando profissionais de forma dedicada.

14.20.3. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para recompor a disponibilidade do link em caso de incidentes de ataque de DDoS, recuperando o pleno funcionamento dele.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

14.20.4. O serviço deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.

14.20.5. O serviço deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White lists, Black lists, limitação da taxa, técnicas desafio resposta, descarte de pacotes malformados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, entre outras.

14.20.6. O serviço deverá implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam uso não autorizado dos recursos de rede, tanto para IPv4 quanto para IPv6, incluindo, mas não se restringindo apenas, a ataques de inundação (Flood de UDP e ICMP), ataques à pilha TCP (mal uso das flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle reset), ataques que utilizam fragmentação de pacotes (IP, TCP e UDP), ataques de BotNets e Worms, ataques que utilizam falsificação de endereços IP (IP Spoofing) e ataques à camada de aplicação (protocolos HTTP e DNS).

14.20.7. O serviço deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATADA.

14.20.8. AS CONTRATADAS devem possuir 2 (dois) centros de limpeza nacional, cada um com capacidade de mitigação de 500MB e 1 (um) centro de limpeza internacional com capacidade de mitigação de 5Gb.

14.20.9. As CONTRATADAS devem mitigar ataques por 3 horas, caso o ataque ultrapasse o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) de mitigação contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.20.10. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS, devem ser tomadas contramedidas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.

14.20.11. O serviço de detecção e mitigação deve possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques.

14.20.12. AS CONTRATADAS devem disponibilizar um Centro Operacional de Segurança no Brasil com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800 ou correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, durante a vigência da contratação do serviço.

14.20.13. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.

14.20.14. Em momentos de ataques DoS e DDoS, todo tráfego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura da CONTRATANTE através de túneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DoS e DDoS das CONTRATADA e o ponto de entrada do CONTRATANTE.

14.20.15. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante a vigência da contratação do serviço.

14.20.16. Em nenhum caso será aceito bloqueio de DoS e DDoS por ACLs configuradas em roteadores de bordas das CONTRATADA.

14.20.17. AS CONTRATADAS devem iniciar a mitigação de ataques em 60 minutos.

14.20.18. AS CONTRATADAS deverão disponibilizar relatório de monitoração de acompanhamento contra-ataques DDoS.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.20.19. O portal de Gerenciamento deverá permitir acesso simultâneo a, pelo menos, um administrador de rede da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A contratada deverá executar os serviços na sede desta Companhia, situada na Rua Melvin Jones, 219 - Bairro São Pedro - CEP: 69.306.610 - Boa Vista - RR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PRAZO DE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Os serviços deverão ser executados no prazo de 12 (doze) meses, a contar da emissão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. O prazo de entrega do serviço será conforme o IMR's contemplados, em dias corridos, a partir da solicitação formal do órgão CONTRATANTE. A entrega será considerada concluída, para efeito de cobrança quando:

17.2. Encerrado o procedimento de verificação da qualidade dos serviços prestados, na forma disposta, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do recebimento provisório.

17.3. Não serão aceitos na entrega serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes no instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a substituí-los ou refazê-los no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante;

17.4. Caso o prazo definido no subitem 17.3. não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES

19.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

19.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

19.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

19.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

19.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

19.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

19.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

19.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

19.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

19.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

19.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

19.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

19.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

19.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

19.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

19.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

19.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

20.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - RILC/CAER.

20.2. A extinção dos contratos, de acordo com o art. 247 do RILC/CAER, poderá ocorrer:

20.2.1. Pela via natural, quando verificado o cumprimento total das obrigações firmadas pelas Contratantes;

20.2.2. Por fato anterior ou contemporâneo à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso II do art. 247 do RILC/CAER;

20.2.3. Por fato posterior à sua celebração, nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “f1”, “f2” e “f3” do inciso III do art. 247 do RILC/CAER;

20.2.4. Pela morte do Contratado, quando este for Pessoa Física.

20.3. Constituem motivo que autorizam a CAER exercer o direito de resolução do contrato, conforme art. 248 do RILC/CAER, dispensado provimento judicial nesse sentido:

20.3.1. O descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pelo Contratado;

20.3.2. A alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da CAER;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela CAER e que causem prejuízo à execução do objeto.

20.3.3. O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

20.3.4. O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

20.3.5. A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

20.3.6. A decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

20.3.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Contratado, desde que prejudique a execução do contrato;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

20.3.8. Razões de interesse da CAER, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

20.3.9. A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

20.3.10. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

20.3.11. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

20.3.12. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

20.3.13. Quando o Contratado for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.

20.4. Os casos de resolução contratual por ato unilateral da CAER devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado ao Contratado direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração.

20.5. Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CAER, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos instrumentos convocatório e contratual e neste RILC/CAER:

20.5.1. Assunção imediata do objeto contratado pela CAER, no estado e local em que se encontrar;

20.5.2. Retenção para execução da garantia contratual e de eventuais créditos devidos ao Contratado, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CAER;

20.5.3. Impedimento de participar de licitações e firmar contratos com a CAER até que seja finalizado o processo administrativo para apuração das responsabilidades e eventual aplicação de sanções ao Contratado.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

20.6. Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa do Contratado, este será, conforme art. 249 do RILC/CAER, ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e, ainda terá direito a:

20.6.1. Devolução da garantia;

20.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

20.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Programa Orçamentário: 44040.17122010.001.031/399/001, do orçamento do **CONTRATANTE**.

21.2. Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a Autorização de Fornecimento, Obras e Serviços n.º ____, datada de __/__/__, no valor de R\$____ (____).

21.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos da CAER, Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais Legislações Correlatas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

23.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

23.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

23.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual é assinado pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2025

Assinam:

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

JAFFE DA SILVA OLIVEIRA

Diretor de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Águas

PELA CONTRATADA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

NOME DO REPRESENTANTE

Representante Legal

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____